

Nossa dívida externa e a opinião pública internacional

GAZETA MERCANTIL

02 JAN 1991

Ruy Flacks Schneider *

Em junho passado instaurou-se em certos gabinetes governamentais um clima de euforia no tocante às negociações de nosso endividamento externo. Imaginavam seus titulares que o impacto, tanto no Brasil quanto no exterior, das medidas implementadas pelo governo Collor estaria causando uma radical mudança de posição por parte dos banqueiros internacionais e que estes, até mesmo em face dos problemas que já se delineavam no Leste europeu, achar-se-iam ávidos por concluir os entendimentos com o Brasil. É justo reconhecer que alimentavam tal expectativa alguns comentários bastante elogiosos da imprensa internacional e pronunciamentos encorajadores feitos por destacados líderes mundiais. Para aqueles, contudo, com vivência nas negociações de nossa dívida externa, o prognóstico era exatamente o contrário. Infelizmente, desde então, constata-se que estes últimos é que estavam certos.

O Brasil tem-se defrontado com uma posição uma e duríssima por parte da banca internacional, seguramente a que menos se mostra propensa a concessões, desde o início da crise, no segundo semestre de 1982.

O diálogo é hoje praticamente inexistente e a abertura de vias de exploração, uma das técnicas básicas em processos de negociação complexos, encontra firme bloqueio.

Para analisar corretamente a situação, é fundamental reconhecer o papel dos bancos norte-americanos. Detendo a maior parcela de nossa dívida, são eles que, efetivamente, lideram as negociações e influenciam as demais instituições. O pensamento que predomina nos demais bancos, europeus e japoneses é de um realismo contundente. Se os americanos obtiverem um acordo vantajoso, nós nos beneficiaremos. "Se, ao contrário, nós fizermos concessões, não há segurança de que os americanos nos acompanharão e os resultados para o Brasil serão muito restritos."

Assim, não resta dúvida de que os esforços devem concentrar-se junto aos bancos norte-americanos e medidas recentes, como a alteração imposta pelo Brasil na composição do comitê de bancos credores, com aumento da participação de bancos de fora dos Estados Unidos, poucas consequências práticas trarão.

Não faltam problemas para os bancos norte-americanos. Aos insucessos recentemente aflorados dos financiamentos imobiliários acrescenta-se a forte perspectiva do mau desempenho comercial e industrial, agravado pela recessão declarada e pela crise no golfo Pérsico. A recessão, por sua vez, dificulta a venda de ativos, imprescindível para que sejam honrados os volumosos créditos concedidos durante a fase de febril aquisição de empresas e "leverage buy-outs", que ocupou os últimos anos da década de 80. É fora de dúvida a necessidade de rolagem de tais créditos. Mas existe, ainda, outro efeito perverso. Deprimindo uma bolsa de valores que já há algum tempo tem desempenho medíocre, a recessão inibe o levantamento de capital, tradicional recurso dos bancos norte-americanos, não podendo, assim, saenar os já exíguos ratios Recursos Próprios/Finan-



ciamentos e Recursos Próprios/Créditos Duvidosos (Non-performing). Cumpre, também, reconhecer, no mercado americano, a dimensão do interbancário, que faz com que as instituições não fiquem imunes aos problemas enfrentados pelas outras.

Finalmente, generaliza-se a convicção de que os bancos norte-americanos, europeus e japoneses terão que aportar recursos maciços para o Leste europeu, sabendo-se, inclusive, que, para tal, serão fortemente pressionados pelos respectivos governos, sob pena de testemunharmos perigoso retrocesso, de caóticas consequências. Se as graves repercussões da crise do golfo no Leste europeu já intranquilizavam os banqueiros, o recente anúncio da Alemanha que, sozinha, não poderá arcar com os custos da integração, só veio aumentar as preocupações.

Entende-se, portanto, que, em tal cenário, a atitude imediata dos banqueiros é recuperar créditos e buscar recursos onde eles estiverem. Pode ser uma atitude míope e cruel, mas é a realidade.

Imaginam o Brasil e demais devedores latino-americanos que é outra a crença do governo americano, no que, aliás, estão corretos. Desde o governo Reagan é inquestionável a postura do Executivo americano para com um tratamento construtivo na questão da dívida externa. Iludem-se, porém, estes devedores ao não identificarem corretamente a forma de agir e as limitações à ação do governo dos Estados Unidos.

O governo dos Estados Unidos depende do Congresso e este depende da opinião pública.

Desde 1982, na condução das negociações da dívida, o Brasil erra sistematicamente por não entender que uma solução construtiva e duradoura só poderá surgir se houver forte pressão externa sobre o comitê de bancos credores e que esta pressão, isoladamente, jamais poderá vir do Executivo norte-americano. Erra, assim, por não lograr com que a dívida brasileira ganhe foro público e transcenda o restrito círculo do comitê de bancos.

Os bancos nos Estados Unidos não se destacam, propriamente, pela popularidade. Muito pelo contrário, são instituições que, junto à opinião pública, se tornam objeto de críticas frequentes.

Lamentavelmente, nossa imagem consegue ser pior.

O Brasil, reconhecido pela qualidade de sua propaganda, notória arrebanhadora de prêmios internacionais, até hoje não conseguiu, de forma convincente e contínua, projetar junto à opinião pública internacional o que nós somos, o que já temos feito e os problemas que encaramos.

Apesar da dimensão de nossa transição governamental e do fortalecimento das instituições democráticas, sobretudo se comparado com outros países, vizinhos ou não, nossa imagem mais generalizada passa de torturadores a caloteiros e a predadores do meio ambiente.

Como fazer concessões no trato da dívida de um país que, além do ambiente, agrade sua própria infância?

Nos Estados Unidos, apesar de sua grande importância, a imprensa não é o maior formador da opinião pública. Os múltiplos núcleos de formação da opinião pública abrangem as universidades, as associações de classe e de interesse específico, os clubes de serviços as organizações religiosas, os grupos comportamentais, as empresas, os sindicatos e os mi-

lhões de cidadãos que, da infância à terceira idade, regularmente se reúnem para o saudável hábito de ouvir expositores acerca dos mais variados temas.

E para essa audiência que a problemática brasileira deve ser corretamente apresentada.

Em termos geopolíticos, a solução da dívida latino-americana, especialmente do Brasil, e a conseqüente retomada do crescimento são vitais para os Estados Unidos neste final de século.

Na medida em que surtirem e proliferarem, em cada comunidade americana, os "Stop Strangling Brazil Committee" (Comitês para Estrangular o Brasil), a dívida estará em via de solução. O comitê de bancos credores entenderá a força e o teor da mensagem.

Quando, há pouco mais de um ano, iniciou-se a debacle dos regimes do Leste

europeu, tornaram-se freqüentes as imagens de cidadãos angustiados que, da Polônia à Lituânia, da Checoslováquia à Alemanha Oriental, compareciam a manifestações portando cartazes com denúncias e apelos em inglês. Ao que consta não era esse o idioma corrente da KGB, da Stasi ou da Securitate. O direcionamento era um só, a opinião pública internacional, sobretudo a norte-americana.

Nossa luta é idêntica. Soamente com a retomada do crescimento poderemos corrigir as distorções sociais e para isso urge solucionar, em definitivo, a dívida externa, o que não ocorrerá sem o engajamento firme da opinião pública.

* Vice-presidente do grupo Multiplan, presidente do conselho consultivo da Associação Brasileira de Marketing (ABM) e conferencista da Escola de Guerra Naval.